

Marcos Virenti/Folha Imagem



O projeto de gestão de florestas, aprovado pelo Senado e em exame na Câmara, não vai aumentar a devastação da Amazônia, segundo prevê Leomar Quintanilha ao alertar para as mudanças climáticas no país. **Página 6**

Rigotto e Fogaça elogiam atuação do Senado na Feira do Livro

Página 8

Tourinho: Nordeste poderá sofrer apagão em 2009

Página 6

Suassuna defende redução das taxas de juros

Página 8

Pinho admite que recebeu R\$ 300 mil de Marcos Valério

Ex-secretário do Ministério da Cultura diz que dinheiro se refere a consultoria que seria prestada ao PT. O senador José Jorge não acredita nessa versão.

Página 3

Suposta doação de Cuba ao PT esquenta debate no Plenário

Denúncias das revistas semanais mobilizam senadores. Governistas afirmam que *Veja* mente e deverá ser processada pelo PT

Geraltio Magela



Ideli prevê acirramento das discussões, Virgílio pede proteção para sua família, Cristovam aponta descrédito nas instituições

A matéria de capa da revista *Veja* sobre suposta doação de US\$ 3 milhões de Cuba à campanha do PT em 2002 foi a que obteve maior repercussão entre os senadores. Para Ideli Salvatti, trata-se de antecipação da campanha eleitoral de 2006, enquanto Serys Slhessarenko vê ação de "pessoas

raivasas". Ana Júlia Lê desmentido do embaixador cubano e Tião Viana sugere pacto para evitar reflexos negativos na economia. Já Arthur Virgílio aponta ameaças a sua família, Tasso Jereissati defende a revista, José Jorge diz que PT é responsável pela crise e Cristovam lamenta falta de esperança. **Páginas 3 a 5**



Roberto Costa Pinho (D) depõe na CPI do Mensalão, ao lado do senador Amir Lando e dos deputados Zulaiê Cobra e Paulo Baltazar

Geraltio Magela

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Plenário realiza sessão deliberativa

A sessão começa às 14h. O primeiro item da pauta é o projeto que aprova a programação monetária referente ao quarto trimestre de 2005. Está prevista ainda a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia.

CPI dos Correios adia depoimento da ex-presidente da BrasilTelecom

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncia de corrupção nos Correios adiou o depoimento da ex-presidente da BrasilTelecom Carla Cicco. A oitava havia sido marcada para as 14h de hoje, mas os advogados da depoente enviaram carta à comissão informando que Carla Cicco se encontra no exterior e não conseguiria chegar a tempo de ser ouvida. Ainda não foi estabelecida uma nova data para o depoimento.

O requerimento solicitando a ida de Carla Cicco à CPI foi motivado pelo fato de ela ser dirigente da BrasilTelecom à época da disputa acionária entre o Grupo Opportunity, os fundos de pensão e o Citigroup.

Empréstimo de US\$ 502 milhões será votado na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião às 9h30. Entre os itens da pauta, destaca-se o pedido de autorização para que seja efetivado empréstimo de US\$ 502 milhões para financiar investimentos em habitação, como parte do Empréstimo Programático para Crescimento em Equidade. Também tramita em turno suplementar a proposta que permite o alongamento das dívidas de crédito rural.

Orçamento de 2006 em discussão na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) continua a negociação do relatório preliminar ao Orçamento do próximo ano, elaborado pelo deputado Cartito Meres (PT-SC). A reunião está prevista para as 14h30. Às 9h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa pauta com avisos sobre auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e relatório de atividades do tribunal referentes ao primeiro e ao segundo trimestres deste ano.



Voto em trânsito na pauta da Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 10h, projeto que altera o Código Eleitoral para disciplinar o voto do eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, além do texto que permite a interceptação de correspondência para fins de investigação criminal.

Escola Técnica do Petróleo

Além de projetos de decretos legislativos sobre a outorga e renovação das concessões para exploração de serviços de radiodifusão, a Comissão de Educação (CE) analisa, em reunião às 11h, texto que autoriza a criação, pelo Executivo, da Escola Técnica Federal do Petróleo, em Linhares, no Espírito Santo.

Arte do Legislativo

O Congresso promove, no Salão Negro, a 3ª Mostra de Arte do Legislativo, com pinturas, fotos e esculturas criadas por servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União. O evento pode ser visitado pelo público até o dia 18 de novembro.

Votação do novo relatório do processo contra o ex-ministro deve ocorrer na sexta-feira. CPI dos Bingos ouve Vladimir Poeto

José Dirceu ganha mais três dias no Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara ouviu, pela segunda vez, o parecer do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) que recomenda a cassação do mandato do deputado José Dirceu (PT-SP). O novo texto excluiu as partes que se referiam a dados sigilosos encaminhados pelas CPIs dos Correios e do Mensalão. No entanto, o advogado de Dirceu, José Luiz Oliveira Lima, anunciou que entrará novamente no Supremo Tribunal Federal contra o Conselho de Ética, por entender que o ministro Eros Graus quer que sejam refeitos todos os passos do processo desde 8 de outubro,

quando chegaram ao conselho os dados sigilosos.

A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) pediu vista do relatório, obtendo duas sessões do presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP). Dessa forma, Dirceu ganhou mais três dias, e a votação do documento foi marcada para sexta-feira.

Hoje, será lido o relatório do processo contra Sandro Mabel (PL-GO), acusado de tentar atrair para o PL a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) em troca de dinheiro. O relator, Benedito de Lira (PP-AL), disse que pretende propor a absolvição de Mabel.



Márcia Kolumbe

Pedido de vista adia votação do novo relatório, que mantém pedido de cassação de Dirceu

CPI dos Bingos ouve Poeto sobre doação de Cuba à campanha do PT

A próxima semana promete ser bastante agitada na CPI dos Bingos. O depoimento de Vladimir Poeto, ex-assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci, programado para terça-feira, ganhou nova dimensão com a denúncia publicada pela revista *Veja* sobre suposta doação de Cuba, no valor de US\$ 3 milhões, à campanha

do PT. Poeto, segundo a revista, teria informações sobre a operação.

Na quinta-feira, vão prestar depoimentos Ivone Santana, ex-namorada do prefeito Celso Daniel, e Roseana Garcia, viúva de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, ex-prefeito de Campinas assassinado em 2002.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF, CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes, João Alberto Souza e Romeu Tuma e pelas senadoras Serys Shlessarenko e Ana Júlia Carepa.

Efraim Morais considera grave denúncia da revista *Veja* desta semana sobre suposta ajuda do governo cubano à campanha eleitoral de Lula



O advogado Rogério Tadeu Buratti (ao lado de Efraim e Garibaldi) deve prestar novo depoimento à CPI dos Bingos

CPI poderá apurar denúncia de que PT recebeu dólares de Cuba

Matéria publicada pela revista *Veja* desta semana, com a informação de que a campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria recebido US\$ 3 milhões do governo de Cuba, repercutiu ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. O senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da comissão, classificou de graves as denúncias e já agendou para a próxima semana o depoimento de Vladimir Poletto, que teria detalhado à revista o ingresso dos dólares enviados por Cuba ao Partido dos Trabalhadores. O governo federal rechaçou a acusação e acena com a possibilidade de processar a revista por calúnia e difamação.

Vladimir Poletto, ex-assessor do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP), em 2002, já estava convocado para depor na CPI dos Bingos com o objetivo de esclarecer denúncias de que ele, na época, exercia tráfico de influência para beneficiar grupos empresariais.

O advogado Rogério Tadeu Buratti, outro personagem já

conhecido pelos parlamentares da CPI, deve ser convocado novamente para depor. É que ele também saberia do ingresso dos US\$ 3 milhões para a campanha de Lula, conforme a revista *Veja*. De acordo com Buratti, cabia a Ralf Barquete – secretário de Fazenda da prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Palocci e já falecido – entregar os dólares ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Buratti, em depoimento prestado à CPI, chegou a ser acusado por diretores da GTech de ter exigido da empresa, em abril de 2003, o pagamento de propina no valor de R\$ 6 milhões para que fosse renovado o contrato entre a multinacional e a Caixa Econômica Federal destinado a operacionalizar o sistema de loterias do país, incluindo o processamento da apuração dos ganhadores, o rateio e o repasse de prêmios.

Caso Celso Daniel

A maioria dos membros da CPI dos Bingos já está requisitando, por ofício, cópias das 42 fitas, disponibilizadas em CD e transcritas, das gravações

telefônicas que podem revelar, segundo a oposição, as causas do assassinato do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, ocorrido em janeiro de 2002.

As fitas estavam em poder da 4ª Vara da Justiça Federal em São Paulo e foram gravadas entre meados de janeiro e março de 2002, portanto, após o assassinato do prefeito. Os diálogos telefônicos são entre o atual chefe do gabinete pessoal do presidente Lula, Gilberto Carvalho, que em 2002 era assessor da prefeitura de Santo André; Klinger Luiz de Oliveira Sousa, então secretário de Serviços Municipais; e os empresários Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva – o Sombra.

O juiz federal afastado João Carlos da Rocha Mattos, que se encontra preso sob acusação de vender sentenças judiciais, afirmou, em recente depoimento à CPI dos Bingos, que Gilberto Carvalho “comandava” todas as conversas e chegava a dar orientações sobre como as pessoas deviam proceder, comportar-se e dar declarações à imprensa sobre a morte de Celso Daniel.

Ex-secretário da pasta da Cultura admite saques de R\$ 300 mil

O ex-secretário de Programas e Projetos do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinho reconheceu ontem, ao depor na CPI do Mensalão, ter feito quatro saques no Banco Rural, em Brasília, entre setembro de 2003 e fevereiro de 2004, num total de R\$ 300 mil. O dinheiro era oriundo das contas do empresário Marcos Valério, que, na relação fornecida às CPIs do Congresso, atribui a ele saques no valor de R\$ 450 mil.

Costa Pinho não deu explicações sobre a diferença de quantias e afirmou não conhecer Valério. Contou que recebeu os R\$ 300 mil como adiantamento do total de R\$ 700 mil, por um serviço de consultoria em *marketing* político para o PT, nas eleições municipais de 2004. Disse que foi contratado pelo ex-tesoureiro do

partido Delúbio Soares.

O acerto, explicou, foi informal, e o serviço não chegou a ser prestado porque ele acabou se envolvendo num escândalo que levou à sua exoneração do cargo no ministério, em meio a suspeitas de corrupção em programa de implantação de centros comunitários. O ex-secretário salientou que foi inocentado pela Comissão de Ética Pública, órgão da Presidência da República.

O senador José Jorge (PFL-PE), assim como grande parte dos parlamentares da CPI, não considerou plausível a versão de Pinho. “É muito difícil nós acreditarmos nessa história. Como é que se vai fazer um contrato de um valor alto, de R\$ 700 mil, sem ter nada por escrito? Não é uma história real”, argumentou.



Lando e Zulaiê Cobra ouvem depoimento de Roberto Costa Pinho (D) à CPI do Mensalão

Relator do Orçamento define comitês de receitas e emendas parlamentares

Enquanto aguarda a votação de seu parecer preliminar à proposta orçamentária para 2006, o relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), trabalha na composição dos dois comitês que vão ocupar-se logo em seguida de duas tarefas: a reavaliação das receitas e o exame das emendas de valor ao projeto do Executivo.

Ele espera apresentar ainda na quinta-feira os nomes dos deputados e senadores que devem compor os comitês, cada um com o máximo de sete membros,

de acordo com as representações partidárias no Congresso. Após a votação do parecer preliminar, começará a correr o prazo de até 15 dias para a apresentação das emendas de valor à proposta.

O prazo servirá para que os parlamentares indiquem as 20 emendas individuais para projetos que julguem importantes para as áreas que representam. Valerá também para as alterações que podem ser propostas por bancadas estaduais, regionais e comissões técnicas do Senado e da Câmara.

Comissão analisa projeto que estimula a contratação de deficientes

Estimular a contratação de pessoas portadoras de deficiência é o objetivo do projeto do Executivo que deverá ser examinado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto propõe a absorção, pelo mercado de trabalho, de portadores de deficiência por meio de colocação competitiva, colocação seletiva ou promoção

de trabalho por conta própria.

A proposta (PLC 44/00) tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e promove várias modificações na Lei 7.853/89, que trata prioritariamente da contratação na forma seletiva. Esse tipo de aproveitamento do deficiente no mercado de trabalho poderá ser feito por entidades beneficentes de assis-

tência social. A admissão se dará mediante duas formas: terceirização de serviços de instituições públicas e empresas do setor privado, ou comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional do portador de deficiência, em oficina protegida de produção.

Emenda de Ramez Tebet

(PMDB-MS) prevê que os trabalhadores terceirizados portadores de deficiência sejam incluídos, pelo tomador de serviços, na quota desse grupo de empregados que ele está obrigado a contratar. Por exigência legal, a empresa com cem ou mais empregados preencherá 2% a 5% dos cargos com reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.



Emenda de Tebet prevê aproveitamento de acordo com quotas já estabelecidas

CRISE POLÍTICA Suposta doação de US\$ 3 milhões de Cuba à campanha do PT em 2002 motiva discussão acalorada e troca de acusações entre os senadores

Denúncias esquentam debates no Plenário do Senado

Matérias sobre a crise política que envolve o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgadas na última edição das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* motivaram acalorados debates em Plenário. A reportagem de capa da revista *Veja*, sobre suposta doação de US\$ 3 milhões de Cuba à

campanha do PT em 2002, foi a que teve maior repercussão entre os senadores. De acordo com a revista, o secretário de Fazenda da prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, Ralf Barquete, já falecido, teria consultado Rogério Buratti, também assessor da prefeitura, sobre a possibilidade de trazer dólares de Cuba.

Da mesma forma, Vladimir Poletto, ex-assessor de Barquete, admite o transporte do dinheiro em caixas, de Brasília a São Paulo, mas não apresenta provas. Os governistas afirmam que a revista mente e deverá ser processada pelo PT. Já a oposição defende *Veja* e lembra que os petistas, quando na oposição, citavam a revista.



Ideli afirma que sua tarefa é defender Santa Catarina e lutar pelo desenvolvimento do país



Para ACM, Berzoini "não tem moral" para atacá-lo e Ideli deve explicar repasse de Marcos Valério



"Se há forças que maculam o partido, essas forças são internas", diz José Jorge



Serys aponta campanha promovida por "pessoas raivosas" contra seu partido



Ana Júlia vê interesses em criar obstáculos à cooperação entre Brasil e Cuba na área da saúde



"Petistas vinham à tribuna com a revista em punho, quando eram oposição", critica Jereissati

Ideli: denúncias visam às eleições do próximo ano

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o trabalho e a temperatura política devem aumentar no Congresso, devido às denúncias divulgadas em revistas como *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. Para a senadora, trata-se de uma antecipação da campanha eleitoral de 2006.

Segundo a parlamentar, a denúncia de *Veja* sobre a suposta doação de Cuba à campanha do PT em 2002 é grave, mas não apresenta provas. Ela citou a matéria "Poder desmedido das paixões políticas", de Fernando Luis Abrucio, do jornal *Valor Econômico*, que mostra a exacerbação das posições dos partidos, enquanto as investigações perdem qualidade.

Depois de ser criticada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a vice-líder do governo no Senado ressaltou que sua tarefa como parlamentar não é ser agradável, mas defender os interesses de seu estado e as propostas capazes de impulsionar o desenvolvimento do país.

Ideli disse assumir tudo o que faz e observou que a sociedade tem exigido do Congresso Nacional a capacidade de investigar a corrupção na política.

Antonio Carlos responde críticas de petistas

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reagiu a críticas a ele dirigidas pela senadora Ideli Salvatti e pelo presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini. Após classificar Ideli de "desagradável criatura, com quem todos falam, mas que ninguém suporta", o pefelista disse que não iria responder aos comentários da senadora. Em relação a Berzoini, afirmou que o deputado não tem moral para atacá-lo.

– A senadora Ideli é que ainda não explicou os R\$ 450 mil recebidos de Marcos Valério pelo diretório [do PT] de Santa Catarina – comentou.

Antonio Carlos observou que Berzoini, ex-ministro da Previdência Social e do Trabalho no atual governo, estaria estabelecendo esse confronto para agradar ao presidente Lula. Além de anunciar que não se intimidaria nem se calaria diante desses ataques, Antonio Carlos acusou a falta de credibilidade de Berzoini para fazer ataques a sua vida pública. ACM lembrou que o ex-ministro se indisputa com aposentados e com sindicalistas em sua passagem pelas duas pastas que ocupou.

Mácula vem de dentro do PT, diz José Jorge

Ao comentar as recentes denúncias contra o PT, o senador José Jorge (PFL-PE) ressaltou que os culpados pela crise estão dentro e não fora do partido.

– Reclama-se de uma possível ação das forças conservadoras contra o Partido dos Trabalhadores e contra o governo Lula, mas, se há forças que maculam a agremiação, essas forças são internas – afirmou.

O senador anunciou que apresentará à Comissão de Ética Pública do Executivo uma denúncia contra o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. O ministro teria afirmado que o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), tem "saudades de Hitler". A declaração teria estimulado Avel Alencar, diretor jurídico do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados do Distrito Federal, vinculado à CUT e filiado ao PT, a espalhar por Brasília cartazes em que Bornhausen aparece usando um uniforme militar nazista.

José Jorge ressaltou ainda que a economia, "menina dos olhos do atual governo", nada seria sem as medidas saneadoras que foram implantadas por Fernando Henrique Cardoso.

Para Serys, matéria de *Veja* é "ridícula"

As denúncias publicadas no fim de semana pela revista *Veja* foram repudiadas pela senadora Serys Silhessarenko (PT-MT). Ela reconheceu a necessidade de investigar todas as suspeitas, mas considerou as denúncias como parte de uma campanha promovida por "pessoas raivosas" contra o PT.

– Nessa altura do campeonato, a revista *Veja* aparecer com essa história de "ouro de Havana" é muito ridículo – classificou a senadora.

Serys acusou *Veja* de inventar mentiras sobre o PT e afirmou que o partido deve processar a revista. A senadora leu trechos de um artigo de Emir Sader, intitulado "Por que a *Veja* mente, mente, mente desesperadamente?". No artigo, o professor afirma que a revista "se esmera na arte da vulgaridade, da mentira, do sensacionalismo".

A parlamentar também falou sobre sua visita a um assentamento rural no município de Sorriso (MT), acompanhada por Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ela criticou as condições em que os trabalhadores foram assentados pelo governo anterior.

Ana Júlia lê carta do embaixador de Cuba no Brasil

Ana Júlia Carepa (PT-PA) leu em Plenário documento assinado pelo embaixador de Cuba no Brasil negando as denúncias de que aquele país teria financiado a campanha do PT em 2002. No documento, o embaixador atribui as acusações a uma tentativa de inviabilizar convênio entre os dois países.

– É evidente que os que hoje mentem descaradamente pretendem obstaculizar planos cada vez mais amplos de cooperação entre os dois países, especialmente a implementação da operação Milagre no Brasil, que permitirá que dezenas de milhares de brasileiros sejam operados e recuperem a visão – disse.

Ana Júlia comparou ainda a postura de órgãos da imprensa brasileira à adotada pelo ministro da comunicação de Hitler.

– Há alguns órgãos de imprensa que são aprendizes de Goebbels, que achava que bastava repetir uma mentira diversas vezes para que ela virasse verdade – opinou.

A senadora também registrou sua presença na inauguração do programa Luz para Todos em Igarapé-Mirim (PA).

Jereissati defende direito da revista

Tasso Jereissati (PSDB-CE) rebateu críticas de parlamentares petistas feitas à revista *Veja* pela publicação de reportagem em que acusa o governo Lula de ter recebido US\$ 3 milhões de Cuba, durante a campanha eleitoral de 2002. Ele criticou senadores petistas por tacharem, agora – quando chegaram ao poder e deixaram de ser oposição – a revista de "antidemocrática e nazista".

– Há alguns anos vimos tantas vezes esses parlamentares virem à tribuna do Senado com a revista *Veja* em punho para denunciar os mais leves indícios de irregularidades. Agora que se tornaram governo, passam a acusá-la – ressaltou ele.

Mesmo sem opinar sobre a veracidade ou não das denúncias contra o Partido dos Trabalhadores, Tasso Jereissati defendeu o direito democrático da revista *Veja* de publicar possíveis irregularidades apuradas pelos seus repórteres.

O senador pelo Ceará atribuiu as palavras elogiosas proferidas por alguns senadores petistas sobre Cuba, no Plenário do Senado, à identificação do PT com o regime liderado por Fidel Castro.

CRISE POLÍTICA

Tião Viana defende pacto para garantir governabilidade. Segundo Cristovam, políticos enfrentam o seu pior momento

Discursos refletem preocupação dos parlamentares

A preocupação com a multiplicação das denúncias de irregularidades sobre o Partido dos Trabalhadores foi manifestada pelos senadores na sessão de ontem. Tião Viana sugeriu que seja feito um pacto entre os partidos para evitar que a repercussão das reportagens impeça a governabilidade e a apuração

de denúncias realmente relevantes. Mão Santa lamentou que o prazo para mudanças nas regras eleitorais tenha expirado sem que as medidas necessárias fossem adotadas. Para Cristovam Buarque, a vitória do "não" no referendo é reflexo do descrédito da opinião pública no trabalho dos políticos. Já Arthur Virgílio pediu à Mesa

providências ao governo federal para proteção e garantia de vida de sua família. Demostenes Torres comentou a suposta doação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ao PT. E Antônio Carlos Valadares pediu definição sobre a ampla defesa que deve ser dada a João Capiberibe.



Arthur Virgílio afirma que ex-policial estaria fazendo ameaças de agressão física à sua família

Virgílio se diz ameaçado e pede proteção

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), solicitou à Mesa do Senado providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família. Segundo ele, o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) lhe revelou que um ex-policial teria sido contratado para investigar sua vida pessoal. O líder afirmou que o ex-policial esteve "rosnando ameaças de agressão física à minha família".

Arthur Virgílio assinou que o ex-policial teria recebido R\$ 100 mil para prestar tal serviço para o PT, em Manaus.

– Investigar minha vida, tudo bem. Mas não ameaçam minha família. Eu enfrento pessoalmente quem o fizer – enfatizou.

Virgílio citou as denúncias de contribuição ilegal vinda de Cuba para a campanha eleitoral de Lula e de contabilidade paralela, entre 2001 e 2004, na prefeitura de Ribeirão Preto.

– Alguém precisa dizer ao presidente Lula que o povo já não está suportando ouvir falar no nome dele. O presidente Lula é um chato de galocha e ganharia qualquer concurso de chatice – observou.



Tião Viana avalia que Cuba "nem teria condições financeiras para ter feito tal doação"

Para Tião Viana, denúncia de Veja é "precipitação"

Ao comentar matéria da revista *Veja* desta semana, o senador Tião Viana (PT-AC) sugeriu um pacto entre os partidos para evitar que o exagero das reportagens na imprensa impeça o crescimento brasileiro, a governabilidade e a apuração de denúncias relevantes.

– Aí vem mais uma semana de ataques ao PT, ao PSDB, ao PFL. Ninguém aqui está dizendo que o PT não tem erros, mas a matéria da *Veja* parece um exagero, uma precipitação – avaliou o senador, opinando que Cuba nem teria condições financeiras para ter feito tal doação.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que, para ela, a denúncia objetiva inviabilizar convênio entre Brasil e Cuba na área de medicina.

– As elites não querem que o povo pobre tenha saúde, educação – opinou a senadora.

Tião Viana também elogiou a política de integração latino-americana, destacando viagem do governador do Acre, Jorge Viana, com empresários locais para o Peru, a fim de acompanhar obras da Rodovia Interocênica, que liga os dois países e ainda a Bolívia.



Para Cristovam, vitória do "não" atingiu cada parlamentar em sua auto-estima e autoconfiança

Cristovam: crise de auto-estima atinge políticos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a classe política brasileira passa pelo seu pior momento perante a opinião pública. E a vitória do "não" no referendo sobre a proibição da venda de armas e munições, segundo ele, seria um reflexo desse descrédito.

– Foi um recado que atingiu cada parlamentar em sua auto-estima e autoconfiança – declarou.

O senador destacou que, ao preferir cuidar ela própria de sua autodefesa, a população demonstrou sua desconfiança em relação às instituições, já que os políticos estariam negligenciando a segurança dos cidadãos.

Cristovam também afirmou que, ao contrário do que ocorre hoje, "no passado a desconfiança deixava sempre uma brecha de esperança em algum grupo ou conjunto de políticos; a descrença era contra alguns, talvez contra muitos, mas nunca contra todos".

O afastamento do senador João Capiberibe (PSB-AP) foi apontado por Cristovam como outro sinal da crise de auto-estima e autoconfiança dos políticos.



Demostenes: foi comprovada existência de documento da doação da guerrilha colombiana

Demostenes: caso Farc pode ser reaberto

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que não foi "a ineficácia da denúncia da revista *Veja*", como argumentou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que levou ao arquivamento das investigações que vinham sendo feitas pela Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência sobre a possível contribuição das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ao PT, nas eleições de 2002.

– Nós ficamos por seis meses ouvindo diversas autoridades a respeito desse tema. O que nós não conseguimos comprovar, efetivamente, foram as palavras do espião dizendo que o dinheiro havia chegado e irrigado a campanha do PT. Mas, quanto à existência do documento na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre doação de campanha das Farc ao PT, isso foi absolutamente comprovado – rebateu o senador.

De acordo com Demostenes, o arquivamento ocorreu porque não existiam provas suficientes para que o processo continuasse, mas, observou, a qualquer momento, um novo fato pode determinar a reabertura desse procedimento.



Valadares pede manifestação prévia da CCJ sobre questão de ordem quanto a ampla defesa

Valadares quer definir a defesa de Capiberibe

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou, em Plenário, questão de ordem por escrito para que o Senado Federal defina como será a ampla defesa do senador João Capiberibe (PSB-AP). O representante amapaense teve registro e diploma de senador cassados pela Justiça Eleitoral, mas conseguiu retornar ao Senado na última sexta-feira, por força de liminar judicial.

Valadares pede também que o presidente da Casa, Renan Calheiros, encaminhe a questão de ordem para análise e prévia manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Caso Renan não aceite este procedimento, ele propõe que o próprio Plenário encaminhe a matéria à comissão.

Na avaliação de Valadares, o Senado tem que definir se a apreciação da decisão judicial cabe à Mesa ou ao Plenário. O senador argumenta, na questão de ordem, que a Casa deve atentar para o fato de que tanto a Constituição quanto o Regimento Interno dispõem sobre a perda de mandato e sobre o direito de ampla defesa de parlamentares.



Mão Santa defende lançamento de candidatura do PMDB à Presidência da República

Mão Santa critica não-aprovação da reforma eleitoral

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou ontem, em Plenário, que o prazo para que o Congresso promovesse mudanças nas regras eleitorais para as eleições do próximo ano expirou no último dia 30 de setembro. O senador aproveitou para conclamar o PMDB a tornar-se um partido forte, com o objetivo de fortalecer a democracia brasileira. Ele recordou figuras históricas, como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves, e disse que o partido tem bons pré-candidatos à Presidência, citando Anthony Garotinho, Joaquim Roriz, Germano Rigotto e Roberto Requião.

Mão Santa afirmou invejar o modelo dos Estados Unidos, "onde as regras são as mesmas há 200 anos". No Brasil, disse, as normas eleitorais mudam praticamente todo ano.

– Essas são as eleições no Brasil. Não é casuismo não, é sem-vergonhice, descaradamente, um ajustamento para o grupo que está no poder vencer mais fácil – opinou o parlamentar, criticando o fato de deputados federais e senadores não terem conseguido realizar as mudanças eleitorais para o próximo pleito.



João Alberto: está em curso campanha para desmoralizar senadores

João Alberto denuncia folhetos ofensivos

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse que estão circulando em Brasília folhetos ofensivos aos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Roseana Sarney (PFL-MA), José Sarney (PMDB-AP) e a ele próprio.

João Alberto alega que os folhetos podem ter como origem empresa de publicidade contratada, com dinheiro público, pelo governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares (PSB), para denegrir a imagem dos seus adversários.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, afirmou que a Polícia Federal foi acionada e que abertura de inquérito foi solicitada junto ao Supremo Tribunal Federal.



Paim: acordo para controle do tabaco não significa fim do direito de cultivo do fumo

Paim tranquiliza produtores de tabaco

Paulo Paim (PT-RS) tranquilizou os produtores de fumo do país ao afirmar que aqueles que desejarem permanecer na atividade terão assegurado seu direito, uma vez que o governo não utilizará a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco “como instrumento para práticas discriminatórias de livre comércio”.

Ele lembrou que documento enviado ao Senado e assinado por seis ministros garante o compromisso do governo em apoiar os agricultores a ingressar em novas cadeias produtivas, além de esclarecer que as medidas previstas no acordo não implicam a supressão do direito de cultivo do tabaco.

Rodolpho Tourinho critica a atual política do governo para a questão energética, manifestando preocupação com possível déficit em 2009, uma vez que não existe possibilidade de se construir hidrelétricas em menos de seis anos

Nordeste poderá ter “apagão” em 2009

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou ontem sua preocupação com a possibilidade de a região Nordeste vir a enfrentar problemas de falta de energia elétrica em 2009. O senador ressaltou que apenas usinas térmicas poderiam ser construídas até 2009, uma vez que o prazo de construção de hidrelétricas é de cerca de seis anos. A gravidade do problema, disse o senador, estaria na necessidade de se usar o gás natural nas novas termelétricas, considerando

que não há disponibilidade desse combustível no país.

– Preocupa-me muito a situação da região, porque prevemos problemas de déficit já em 2009.

Tourinho criticou ainda a baixa prioridade atribuída à questão energética. Ele lembrou que todos os investimentos no setor anunciados pelo governo atual – R\$ 16,9 bilhões para a construção de 13 termelétricas e 15 hidrelétricas – foram iniciados durante o segundo mandato do ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso.

– Deve ficar claro que, no governo atual, não foi feita uma única concessão de usina hidrelétrica. É preciso chamar a atenção para problema e não ficar comemorando coisas que não existem – afirmou Tourinho.

Em aparte, os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) apoiaram Tourinho.



Rodolpho Tourinho receia colapso resultante de déficit energético

Quintanilha alerta para mudanças climáticas no país

O senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) alertou para as mudanças climáticas que têm atingido de maneira inusitada o Brasil. Ele assinalou que regiões historicamente ligadas à seca, passaram a sofrer com enchentes; regiões que lutavam contra enchentes ou que nunca tiveram falta d'água, passaram a enfrentar períodos de seca e ciclones.

– Temos assistido a reações violentas da natureza, destruindo cidades, vidas e patrimônios – afirmou.

Leomar Quintanilha citou estudos feitos por cientistas americanos que acompanharam



Para Quintanilha, alterações no clima do país devem ser objeto de debate

as temporadas de furacões nos últimos 35 anos. Segundo o parlamentar, os estudos apontam relações de causa e efeito no aumento do número de furacões, cada vez maiores e mais fortes,

ligadas ao aquecimento global e, no caso do Brasil, à devastação da Amazônia.

Quintanilha também rejeitou a crença de alguns cientistas de que o projeto de lei de gestão de florestas – já aprovado pelo Senado e tramitando na Câmara dos Deputados – aumentará a devastação da Amazônia. De acordo com o senador, a proposta tem um outro viés, pois a exploração das florestas será regulamentada e fiscalizada.

– Nós estamos dando um basta na atividade predatória nas florestas públicas da Amazônia – avaliou ele.

O parlamentar tocantinense anunciou que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou um requerimento de convite aos governadores dos estados da Amazônia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para discutir as alterações climáticas no Brasil.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou a importância de se esclarecer o projeto de lei de gestão de florestas.

Sarney diz que vai cobrar projeto para Amazônia Ocidental

Ao agradecer aos senadores a sensibilidade pela aprovação de emenda de sua autoria incluída na MP 255, a MP do Bem, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse, ontem, que vai cobrar das lideranças da Câmara a promessa de elaboração de projeto de lei até o fim do ano que promova o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que abrange os estados do Amapá e Pará. Ele lamentou que sua emenda, acolhida no Senado, tenha sofrido grande resistência na Câmara e, em razão disso, foi retirada da MP para que a matéria pudesse ser aprovada.

A emenda de Sarney concedia isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na comercialização no mercado interno de bens produzidos nas Áreas de Livre Comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e Amapá. Ele ressaltou que a MP do Bem concedia incentivos fiscais a uma



José Sarney considera que sua emenda foi recusada “de maneira irracional”

série de setores como o farmacêutico, o elétrico, e a embalagens de frutas, e lamentou que os deputados tenham se recusado a incluir pequenas localidades do Amapá entre os beneficiários.

Para Sarney, a emenda foi recusada de maneira irracional, sob o argumento de que a proposta inviabilizava a aprovação da MP do Bem. Ele contestou as alegações de que a aprovação da emenda poderia destruir o parque industrial do Centro-Sul. O senador lembrou ainda que tem responsabilidade com o país ao longo de sua carreira pública, frisando que, quando exerceu a Presidência da República, procurou sempre amparar setores que estavam em dificuldades.

Papaléo lamenta rejeição de emenda à MP do Bem

Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou, ontem, que a Câmara dos Deputados não tenha aprovado a emenda proposta por José Sarney (PMDB-AP) à Medida Provisória 255/05, a MP do Bem. A emenda concedia incentivos fiscais a pólos industriais e áreas de livre comércio localizadas na região Norte. Para o senador, a rejeição das mudanças na medida provisória foi injusta.

– Mais uma vez o Amapá não foi reconhecido como um estado merecedor de atenção especial e perdemos a chance de receber uma compensação da União – disse Papaléo, frisando que a emenda continha providências que incentivariam a economia local.

O senador observou que muitos daqueles que rejeitaram a proposta justificaram sua decisão dizendo que a aprovação da emenda provocaria distorções regionais e causaria problemas junto ao Mer-



Papaléo Paes afirma que Amapá perdeu a chance de receber compensação da União

cosul e à Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ponderou, a maioria provavelmente não conhecia o texto da medida provisória em profundidade.

A emenda sugerida por Sarney concedia isenção de IPI para pólos industriais existentes no Acre, no Amazonas, em Rondônia e em Roraima. O mesmo incentivo era estendido para áreas de livre comércio localizadas nas cidades de Macapá e Santana, ambas no Amapá. Para obter essa isenção, seria necessário que os produtos fossem fabricados a partir de matérias-primas regionais e os pólos beneficiados teriam de ser previamente aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Fátima Cleide apresenta proposta de emenda à Constituição que prevê o exame pelo Senado de processo contra deputados estaduais e vereadores acusados de corrupção

Fátima Cleide propõe que Senado julgue deputados estaduais

Quando mais da metade dos integrantes de assembléia legislativa estadual ou distrital e câmara de vereadores for acusada de corrupção, o processo e o julgamento desses casos poderão ocorrer no Senado. É o que determina proposta de emenda constitucional (PEC 62/05) apresentada por Fátima Cleide (PT-RO). A senadora justifica que, como a Casa representa a Federação, teria mais neutralidade para julgar.

Para Fátima Cleide, “nada mais natural do que delegar ao Senado a tarefa de julgar e processar parlamentares estaduais sob o abrigo de um Legislativo majoritaria-



Fátima Cleide afirma que Senado é isento para julgar parlamentares estaduais

mente corrompido”. Ela argumenta que os casos de corrupção que acontecem longe dos grandes centros têm pouca cobertura da

mídia, o que aumenta o risco de não serem devidamente investigados. Opina ainda que, nessa situação, “o Legislativo estadual, distrital ou municipal, não pode ser contido por suas próprias forças e atribuições.”

A senadora cita como exemplos a Assembléia Legislativa de Rondônia, em que 22 dos 24 deputados estão sendo investigados por envolvimento em corrupção e outras irregularidades; e o município de Cariacica, Espírito Santo, onde 13 dos 21 vereadores foram denunciados por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro em 2000.

Projeto de Sérgio Cabral permite deduções do IR para cinema até 2016

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pretende aprovar projeto para estender até 2016 a dedução do Imposto de Renda dos investimentos feitos na produção cinematográfica brasileira (PLS 361/05). A iniciativa foi encaminhada à Comissão de Educação (CE) e à de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decisão terminativa sobre a matéria.

O prazo para essas deduções expira em 2006 e, conforme o parlamentar, isso acarretará danos irreversíveis ao cinema brasileiro. Em sua opinião, a aplicação das leis do Audiovisual e Rouanet tem contribuído decisivamente para a cinematografia nacional.

Referindo-se a audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que preside, Sérgio Cabral



Sérgio Cabral defende novo prazo para deduções do investimento em cinema

disse que a prorrogação do prazo de vigência dessas deduções “configura uma expectativa e uma demanda unânime do setor”.

Simon quer garantir acesso de idosos a medicamentos

Projeto de lei apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS) inclui entre as atribuições do Ministério Público (MP) definidas no Estatuto do Idoso promover e acompanhar as ações de saúde e de medicamentos. O senador destaca, na justificativa, que a proposta (PLS 362/05) pretende suprir lacuna que existe no Estatuto do Idoso quanto ao direito que tem a pessoa idosa, conforme determina a norma, de receber gratuitamente medicamentos.

“Via de regra, os órgãos de



Proposta de Simon prevê que Ministério Público assegure direito a medicamentos

saúde têm-se eximido dessa responsabilidade, e para fazer

valer seus direitos, o idoso tem que necessariamente provocar o Poder Judiciário, com o ônus do tempo e das custas processuais”, afirma Simon.

O projeto propõe a atualização do inciso I do artigo 79 do Estatuto do Idoso para especificar que também são regidas por essa lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso referentes à omissão ou oferecimento insatisfatório de acesso à alimentação e aos medicamentos.

Mestrinho defende ampliação nos gastos sociais do Orçamento para 2006

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pretende obter apoio suprapartidário para ampliar os recursos destinados a segmentos da área social prejudicados na proposta orçamentária para 2006. Segundo o parlamentar, vão estar no foco das atenções, entre outros, os programas para a erradicação do trabalho infantil (Peti), de segurança

pública e para a ampliação e melhoria do ensino médio.

Somente na área do ensino médio, revela Mestrinho, o projeto do Executivo veio ao Congresso com redução de recursos da ordem de R\$ 110 milhões em relação ao Orçamento deste exercício. O senador também informa que está sendo feito grande esforço para que seja votado às 14h30 de hoje o parecer preliminar

à proposta orçamentária, apresentado pelo relator Carlito Merss (PT-SC) desde o início de outubro.

A análise do parecer – com regras gerais e limites à intervenção no conteúdo da peça orçamentária pelo Congresso – e das demais matérias em pauta na CMO vem sendo prejudicada por obstrução comandada pela oposição, para cujo êxito contribui a reduzida presença de parlamentares



Jefferson sugere ampliação do prazo para desincompatibilização de magistrado

Jefferson pede prazo maior para saída de juiz candidato

O prazo de desincompatibilização de magistrados que queiram candidatar-se a cargos eletivos poderá ser ampliado de seis meses para dois anos antes das eleições, se for aprovado projeto de lei do senador Jefferson Péres ((PDT-AM) que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ele afirma que a proposta visa

ao equilíbrio da disputa eleitoral, salvaguardando os princípios da isonomia entre os candidatos e da moralidade pública.

“A verdadeira inspiração desse projeto é o agravamento recente de uma situação de quase dupla militância de alguns membros dos tribunais superiores, sempre cogitados como aspirantes aos cargos eletivos de maior relevo da República, com sua conduta notória e imprudente como pré-candidatos, tirando partido das prerrogativas de sua posição funcional”, explica Jefferson Péres.

A iniciativa, de acordo com o senador, poderá contribuir para o equilíbrio dos pleitos e para “imunizar” o Poder Judiciário contra a “excessiva politização”, danosa “à própria credibilidade do poder togado, cujo esteio reside na neutralidade, imparcialidade e ausência de paixões”.

Jefferson Péres também ressalta que a promiscuidade entre a função jurisdicional e a função política é indesejável, especialmente no ordenamento jurídico-constitucional do país.

Levar arma e celular para detento poderá ser crime

Projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) propõe punição de dois a seis anos de reclusão para quem introduzir ilegalmente arma, acessório ou munição, telefone celular e qualquer outro meio de comunicação em presídios (PLS 356/05). A proposta altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), tipificando como crime tanto o porte quanto o ingresso ilegal de aparelhos celulares, atualmente considerados faltas disciplinares.

A proposição prevê também pena de três a oito anos de reclusão se o crime for cometido por policial, agente penitenciário, servidor da segurança pública ou de assistência ao preso, membro do Ministério Público ou de quaisquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

– O telefone celular é, hoje, o principal instrumento para o planejamento de crimes a partir dos



Romeu Tuma sugere pena de prisão de dois a seis anos para os infratores

estabelecimentos penitenciários. É pelo uso do aparelho que as organizações criminosas coordenam as atividades delituosas praticadas extramuros – alerta Romeu Tuma.

A criminalização do porte de celulares, segundo o senador, irá somar-se à instalação dos bloqueadores de telefonia celular.

Ainda de acordo com o projeto, se a arma levada ilegalmente para o presídio tiver calibre acima de 38, de uso restrito das Forças Armadas e da Polícia, a punição será acrescida de dois terços. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a quem cabe decisão terminativa.



Mestrinho quer mudar redução no investimento no ensino médio



Flávio Arns quer critérios e requisitos específicos para pessoas com deficiência

Arns defende regras diferenciadas para aposentadoria

As pessoas com deficiência poderão contar com regras diferenciadas para a obtenção de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social. As novas normas constam do Projeto de Lei Complementar 358/05, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tem como relatora a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A proposta destina-se a regulamentar dispositivo incluído na Constituição por meio da chamada PEC Paralela da Previdência, que garante a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos "segurados portadores de deficiência", nos termos que vierem a ser definidos em lei complementar.

No caso da aposentadoria por idade, a proposta estipula a redução em dez anos do período necessário à obtenção do benefício. Ou seja, a aposentadoria seria devida ao portador de deficiência que – após completar no mínimo 180 contribuições – completar 55 anos, se homem, ou 50 anos, no caso da mulher.

A aposentadoria por tempo de contribuição seria devida ao segurado portador de deficiência com 25 anos de trabalho sob essa condição. No caso de segurados que tenham trabalhado parcialmente sob a condição de deficientes, o período trabalhado dessa forma será multiplicado pelo fator 1,2 – no caso de mulheres – ou por 1,4 – para os homens. Essa multiplicação resulta nos 30 anos exigidos para as mulheres e nos 35 requeridos aos homens para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Arns observa que são muitos os obstáculos enfrentados no dia-a-dia do trabalho pelas pessoas com deficiência. Elas precisam desenvolver maiores esforços para o desempenho de suas funções devido a limitações de natureza sensorial, funcional ou orgânica.

Senador pede juros mais baixos e apela por novas intervenções do Banco Central, para que cesse o sacrifício do consumo e dos setores produtivos

Suassuna diz que redução da taxa de juros ainda é insuficiente

Apesar de aplaudir a redução de meio ponto percentual na taxa básica de juros, fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 19% ao ano, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que o país continua a ostentar uma das taxas de juros mais altas do mundo. O parlamentar apelou por novas intervenções do Banco Central nessa área, afirmando que não há forma de sacrificar mais o consumo e a produção do que a adoção de política de juros altos.

– Qualquer redução nos juros injeta ânimo no setor produtivo. O Banco Central parece estar cego para o po-

tencial de crescimento da economia e do mercado de trabalho no país – avaliou.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que está na hora de o governo federal aplicar parte do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros) nas necessidades imediatas do país, como a recuperação das rodovias. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) apontou a descrença do povo brasileiro em relação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de colocar mais dinheiro no colo dos banqueiros do que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



Suassuna entende que redução nos juros injeta ânimo no setor produtivo e cresce a economia

Censo mapeia as câmaras municipais de todo o país

Censo realizado pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – mapeou as condições e a estrutura das 5.532 câmaras municipais do país. O primeiro relatório dessa pesquisa será apresentado em dezembro próximo, durante o Seminário Nacional Interlegis, com exposição de fotografias que registra o trabalho dos 189 recenseadores que percorreram todas as cidades brasileiras entre outubro de 2003 e agosto de 2004.

O projeto está agora na fase de tratamento dos dados brutos, feito pela equipe do censo. Após esse primeiro exame, cientistas políticos farão a análise técnica dos dados coletados, o que possibilitará a apresentação à sociedade brasileira dos resultados da pesquisa.

O Seminário Nacional Interlegis, durante o qual será apresentado o primeiro relatório do censo, ocorrerá nos dias 1º e 2 de dezembro, em Maceió. Ainda não há local definido

para a realização do evento, mas, provavelmente, segundo informações do Interlegis, será a Assembléia Legislativa de Alagoas ou o Centro de Convenções de Maceió.

A exposição fotográfica mostrará, além do trabalho dos recenseadores junto às câmaras municipais brasileiras e seus vereadores e funcionários, imagens que identificam cada região por onde passaram, incluindo animais silvestres encontrados pelo caminho.

Governador visita estande do Senado na 51ª Feira do Livro

Em visita ao estande do Senado instalado na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e o prefeito da capital gaúcha, José Fogaça, elogiaram a iniciativa da Casa de divulgar suas publicações nas feiras literárias. Cada um deles foi presenteado com os livros *Conselhos aos Governantes* e *Batalha de Caiboté*, além de receberem a coleção *Especial Cidadania*, publicação do **Jornal do Senado**.

Conselhos aos Governantes vem se mantendo como uma das obras do Conselho Editorial mais elogiadas e procuradas pelos leitores. Ela reúne textos consagrados como o *Testamento Político*



A Feira do Livro de Porto Alegre atraiu a atenção de centenas de visitantes

de Maurício de Nassau; *O Príncipe*, de Maquiavel; e *Conselhos de D. Quixote a Sancho Pança*, de Miguel de Cervantes.

Já o *Especial Cidadania*, que está em sua segunda coletânea,

contém informações de interesse público. O volume mais recente inclui textos sobre saúde da família, alimentação, alcoolismo e tabagismo, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, doenças

Tourinho quer suprimir cursos na renovação da CNH

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), suprimindo a obrigatoriedade de curso de direção defensiva e de primeiros socorros na renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do condutor que tiver sido habilitado sem cumprir tais exigências. As medidas só serão obrigatórias para o motorista que tiver sofrido suspensão do direito de dirigir ou cassação da habilitação.

Pelo projeto (PLS 276/05), fica obrigado ainda a fazer cursos de direção e de primeiros socorros o motorista que estiver com o exame de aptidão física e mental vencido por período superior a cinco anos. Tourinho reconhece como uma grande conquista da legislação de trânsito a exigência desses cursos e preserva a exigência em relação à primeira habilitação e nos casos de condutores contratados por empresas que operam frotas. Mas considera a medida excessiva para os habilitados pelo menos há dez anos – prazo em que a CNH deve ser renovada – e que não tenham sofrido suspensão ou cassação de sua carteira.

O senador alerta para os altos custos da medida. Ele calcula que, multiplicando-se as despesas com os cursos para cada condutor, da ordem de R\$ 80, pelos 25 milhões de renovações de habilitação, previstas pelo Departamento Nacional de Trânsito até 2010, serão gastos R\$ 2 bilhões. A proposta terá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

do coração, diabetes, hepatite, câncer, tuberculose e hanseníase, dengue, problemas de audição, acidentes de trânsito, doação de sangue e órgãos, medicamentos e vacinação, além de direitos garantidos por lei aos pacientes.

As dicas incluídas foram publicadas em reportagens do **Jornal do Senado** até março deste ano. Todas elas saíram na seção *Especial Cidadania*, criada em setembro de 2003 com o objetivo de trazer informações sobre temas atuais e relevantes que afetam o dia-a-dia dos brasileiros. Os assuntos são escolhidos a partir de contatos com leitores por meio de e-mail (cidadao@senado.gov.br) ou telefone (0800-61-2211).